

REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE DO FUTURO *

I

Reflexões sobre a Universidade do futuro, e não Reflexões sobre o futuro da Universidade. A diferença entre os dois temas, que uma audição distraída identificaria, é, na verdade, abissal.

Neste segundo caso estaríamos no domínio de uma «Futurologia» bastante contestável. Ou colocados no terreno temerário de um reformismo voluntarista, onde têm que tomar-se decisões e que as manter, apesar de problemáticas. (Deixemos aos Políticos essa leviandade, ou essa coragem trágica, já que elas são condições do seu ofício). Ou comprometidos, por fim, no entusiasmo de uma apologia messiânica, que apesar de respeitável, na sua generosidade, e de afeiçoada ao nosso temperamento e à nossa mentalidade de portugueses (recorde-se, a propósito, a *História do Futuro*, do P.^o António Vieira, e os vivos ideais que a animam) — corre sempre o grave risco de ser demasiado apressada, ou simplista, na sua ânsia de salvar a Humanidade (Eu sei que é o sonho que está na raiz de todos os projectos humanos; mas sei também que os únicos sonhos fecundos são os que são sonhados com lucidez).

Fique claro portanto, e desde já, que nada sei, e nada pretendo saber, sobre o efectivo futuro dessa instituição, cada vez menos nítida e consistente, que é a Universidade, quer vista em geral,

* Texto da *Oração de Sapiência* que deveria ter sido proferida quando da abertura solene da Universidade do Porto, no ano lectivo de 1989-90, que não chegou a realizar-se. Também a abertura solene do ano seguinte (90-91) se não efectuou. Foi publicado na «Revista Brasileira de Filosofia», S. Paulo, vol. XXXIX.

quer olhada no contexto português; nem estou certo de que terá algum futuro.

Mas sei que o seu passado nos permite apreender-lhe a estrutura essencial; os valores e a normatividade intrínsecos; e avaliar, dentro de certa medida, o âmbito da sua flexibilidade morfológica, ou seja, o âmbito de variações que lhe permitem uma real adaptação a novos tempos e exigências, mas para além do qual é inevitável a sua destruição, através de um processo de decadência que pode chegar a ser aviltante.

Sei também, por outro lado, que o quadro dos dinamismos do presente, inscrito no contexto da Era Tecnológica que desponta, e é irreversível, impõe condicionamentos inelutáveis, que urge conhecer. Uma coisa é adivinhar o futuro, ou profetizá-lo, ou sabê-lo de ciência certa, ou pretender dominá-lo; outra, muito diferente, traçar um mapa realista dos vários futuros possíveis, a partir da época em que vivemos.

É face a esse mapa prospectivo, sem o qual a vida humana se dilacera e destrói (já o sabemos por experiência) — quer na paranóia e crueldade das utopias colectivas, quer no desencanto e no desespero existencial de cada um —, que a atitude ética deverá assumir-se, e as exigências morais deverão desdobrar-se diante de nós. Não se trata só de sobreviver, mas de viver com dignidade e com a possível plenitude. Diante do mapa realista dos caminhos desse futuro possível, é preciso optar pelos melhores e não pelos mais fáceis. E no caso limite em que tais caminhos sejam irremediavelmente estreitos para a passagem dos mais nobres ideais da consciência histórica da Humanidade, e dos nossos próprios ideais, — teremos então que pegar na lança que D. Quixote nos legou, e partir para combates impossíveis, em que tudo será posto em risco, menos a dignidade e o respeito próprio. Os homens, como as instituições, devem conhecer qual é o momento em que, por condicionamentos internos ou externos, já não estão à altura das suas responsabilidades, e saber retirar-se a tempo, logo depois de terem passado o seu «testemunho», da melhor maneira, àqueles que continuam na corrida...

Mas não creio que a última hora tenha soado já para a Universidade. Entendo, pelo contrário, que a sua estrutura essencial e os seus valores próprios poderão adoptar-se perfeitamente aos condicionamentos sociais previsíveis do futuro próximo, rejuvenescendo-a e dando-lhe possibilidade de uma fecunda actuação.

II

É o que pretendemos mostrar, de forma necessariamente esquemática, a que só juntaremos um ou outro apontamento de pormenor, que seja sugestivo e venha a propósito.

Começaremos por sublinhar que o espírito universitário se caracteriza: a) pela exigência e liberdade críticas; b) pelo enciclopedismo ou totalidade dos saberes; c) pela visão de síntese; d) e pela perspectiva teórica. É desse espírito — que não pode ser ignorado, nem, muito menos, atraído, que tudo o mais dependerá. Muito especialmente, as suas funções ou actividades específicas: a guarda, a criação e a difusão da cultura.

Antes de fazermos um exame muito breve de cada um dos tópicos que acabam de ser apontados, tiremos desde já algumas conclusões quanto a certos pontos que hoje marcam ilegitimamente, de uma maneira geral, as Universidades contemporâneas.

Em primeiro lugar, a prevalência dada ao ensino, designadamente ao ensino profissional, e à correspondente concessão de diplomas. Uma coisa é a Universidade, outra são as Escolas de Ensino Superior: estas, sim, vocacionadas para a preparação profissional de mais alto nível, e para a emissão de certificados de bom aproveitamento e competência.

Penso que, nos nossos dias, a situação é, neste particular, extremamente grave; e que urge libertar a Universidade do peso esmagador dessa função acessória que ameaça subvertê-la. Em contra-partida, deverá a Universidade abrir as suas portas, sem impedimentos de ordem formal ou burocrática, a quantos cultivem e desejem aprofundar os seus conhecimentos em qualquer ramo do saber; como também àqueles que, confinados às áreas científicas adequadas à sua preparação profissional, pretendam ampliar o leque dos seus conhecimentos, e atingir uma actualizada visão cultural de conjunto.

Outra distinção muito importante a fazer é a que separa os diplomas ou licenças profissionais, dos graus académicos; a Universidade, repetimos, nada tem a ver com os primeiros; os segundos, porém, devem ser da sua exclusiva competência, pois visam a «titularização», digamos assim, e a hierarquia, dos seus próprios membros. Só no âmbito interno das Universidades os graus académicos teriam uma directa validade profissional. No exterior, e tendo em vista o exercício profissional legalmente regulamentado,

as Escolas do Ensino Superior seriam livres de atribuir aos graus académicos a validade que se lhes afigurasse devida. Quando falamos de «exterior», referimo-nos, também, de certa maneira, às outras instituições universitárias. Certamente que todas as Universidades de uma mesma área cultural unificada, são aparentadas; os integrantes originários das mais modernas, tiveram que receber, das já existentes, os respectivos graus académicos; e todas elas deverão estar abertas e interessadas numa colaboração que as enriqueça. Mas isso não implica a necessidade da presença de membros de outras Universidades nas bancas das provas para a concessão de graus académicos. Cada Universidade deve dispor de completa autonomia, sendo descabidas, liminarmente e por princípio, desconfianças mórbidas quanto ao valor científico ou à integridade ética de qualquer delas. Uma vez mais, as árvores conhecem-se e avaliam-se pelos frutos...

Passemos já à análise da primeira das características que marcamos no espírito universitário: a exigência e a liberdade críticas. Nas sociedades abertas onde cada um pode, em princípio, manifestar publicamente as suas opiniões, esta característica parecerá, à primeira vista, pouco significativa. Mas não é assim. E convirá evitar os equívocos e confusões mais frequentes.

No espírito universitário — que se identifica aliás, neste particular, com o espírito filosófico e científico — a exigência crítica antecede e orienta a liberdade de pensamento. Esta tem que subordinar-se à busca da verdade, e submeter-se à disciplina de metodologias rigorosas. Estamos para além do plano da livre opinião pessoal, que consente, como instâncias decisivas, elementos de ordem emotiva ou voluntarista, e que sendo importantíssima para cada um, pode não interessar aos outros; aliás, só em termos quantitativos e mediante o sufrágio, ela poderá adquirir um valor público ou colectivo, e, ainda assim, fora do plano teórico, como é óbvio.

E já agora, para se esclarecer um pouco mais este tema, e porque as Universidades são também «órgãos de informação» que podem e devem contribuir para formar a chamada «opinião pública», — um breve cotejo com a forma de actuação típica dos meios audiovisuais de comunicação, que tão poderosamente se instalam no quotidiano. Nestes, (tenho em mente sobretudo a televisão por ser o mais expressivo) — e ao contrário do que acontece nas Universidades — não é um parecer crítico que é normalmente veiculado; é da sua atribuição servirem ao domicílio meras opiniões. Mas,

— entenda-se — não quaisquer opiniões; unicamente aquelas que tenham interesse e peso suficiente para justificarem a sua difusão pública. Ao contrário dos universitários, os profissionais da informação nunca devem falar a título pessoal; estão investidos na função de representantes e procuradores do homem-da-rua, e devem resignar-se ao papel honesto, mas modesto, de lhe tornarem acessível, sobre as várias matérias, os pareceres e os comentários dos entendidos; tão pouco lhes compete, como aos universitários, serem juizes ou críticos; esse é um direito que, no caso, pertence ao público. É por isso extremamente confrangedor assistir (como infelizmente é tão comum entre nós), à imposição petulante, por parte daqueles profissionais, de uma opinião própria que não interesse a ninguém; e mais confrangedor ainda admitir que o fazem por força de uma imperdoável confusão quanto aos imperativos da sua deontologia profissional; julgam-se obrigados a ser inquisidores, esquecendo-se, ou ignorando, que as suas responsabilidades próprias são as de intermediários.

Consideremos agora a segunda das características que atribuímos ao espírito universitário: o seu enciclopedismo ou a sua abertura à totalidade dos saberes. Só algumas observações.

A estrutura orgânica das Universidades (que hoje parece mais indicado ter, como unidade média, o departamento) — deve ser animada por um dinamismo tendencialmente englobalizante, mas nunca ser conclusa. Deverá admitir-se por princípio, que seja sempre possível acrescentar uma nova área de investigação e estudo. O fundamento dessa ampliação, — como o fundamento também para manter os departamentos e sub-departamentos — terá de ser de natureza puramente teórica. Nunca poderá usar-se, por exemplo, o argumento de que há, ou não há, de momento, estudiosos nelas interessados.

Quando muito, poderá aceitar-se que, a título complementar, o número e a natureza das unidades constitutivas do corpo da Universidade, se subordinem ao seu perfil cultural específico, e que as relações inter-universitárias tenham presente a necessidade de colmatar eventuais lacunas.

Quanto à visão de síntese, extremamente difícil mas indispensável para que os homens se não percam no vasto universo da cultura que criaram — *só as Universidades estão em condições de obtê-la, e de sucessivamente a irem actualizando, refundindo e transmitindo.*

Certamente que as unificações parciais, simplistas, anacrônicas são fáceis; como rápida e aberta poderá ser também a sua circulação social, sobretudo se se integrarem em corpos doutrinários ideológicos que disponham de uma vigência intensa, ou de uma tradição prestigiada. Só que os erros e as lacunas dessas sínteses imperfeitas pagam, em sofrimento e atrasos sociais, um custo muito alto: o preço que o homem sempre paga quando se afasta da verdade e renuncia ao progresso dos seus conhecimentos.

São vários os caminhos para conseguir manter viva essa panorâmica englobante dos vários saberes criticamente fundamentados. Caberá ao talento de cada Universidade encontrar os melhores. Mas os principais instrumentos a utilizar para o efeito, são do domínio corrente: a) que cada departamento conheça a história da área científica da sua especialidade, e cultive e se familiarize com a «ontologia regional» a ela correspondente; b) que entrem na habitualidade das práticas rotineiras o tratamento inter-disciplinar dos grandes temas comuns às diversas investigações em curso; c) por último, que a história das ideias, a sociologia do saber, a filosofia da cultura e a gnosiologia não sejam, para muitos departamentos universitários, ilustres desconhecidas, mas estejam presentes nos respectivos horizontes intelectuais.

Falemos agora um pouco da perspectiva teórica, que indicamos como integrante também do espírito universitário; para além das articulações que a ligam e subordinam à exigência crítica a que já nos referimos, — atenda-se a que a perspectiva teórica se desdobra nos seguintes aspectos essenciais: a) é *desinteressada*, isto é, não pode aceitar colocar-se ao serviço de qualquer objectivo de ordem prática, por mais respeitável que ele seja; a investigação, como o o estudo, como a especulação devem, na sequência dos seus itinerários problemáticos e temáticos, seguir uma linha intrínseca de desenvolvimento, sem interferências exteriores; a investigação aplicada em que as grandes empresas estarão cada vez mais interessadas, é alheia ao espírito universitário; (já outro tanto se não verifica quanto às Escolas de Ensino Superior); b) outra característica a assinalar, com especial relevo no campo das chamadas ciências humanas, é a neutralidade axiológica e o deliberado repúdio de posições de natureza afectiva ou voluntarista; e não colhe o argumento de que é impossível levar até ao fim essa ascese cognitiva, pois o que conta é o esforço determinado no sentido de tal

desiderato; não significa isto que o universitário deva ser, na prática, um céptico, e lhe sejam prejudiciais as fortes convicções, designadamente em matéria política e religiosa; pelo contrário, a destreza e o hábito no exercício de uma dúvida exclusivamente metódica, vão aumentar-lhe o rigor teorizante e reflexivo; c) o último desdobramento imediato da perspectiva teórica refere-se à urgência em encontrar soluções, e à consequente mentalização; a vida prática impõe prazos, exige, por vezes, decisões inadiáveis, e requer vocação e treino para encontrar a melhor solução, no momento; todos os profissionais experimentaram, em maior ou menor grau, a angústia de tais situações; isso deve ser levado na devida conta na didáctica das Escolas do Ensino Superior; mas outro tanto se não verifica nas Universidades; aqui, vale mais um problema bem posto do que uma solução precipitada; a paciência analítica e problematizadora deve ser inesgotável; e as conclusões tidas sempre como sujeitas a revisões e aprofundamentos.

Ocupemo-nos, por fim, das funções específicas da Universidade, que serão, como já apontamos, a transmissão diacrónica, a criação e a difusão da cultura.

Pusemos, intencionalmente, a transmissão em primeiro lugar. Todo o acto cultural, por mais criativo, exige sempre um conhecimento actualizado e crítico dos conhecimentos que lhe respeitam. (Depois de descoberta a pólvora não vale a pena perder tempo a re-inventá-la...). E se é certo que a pura erudição, que os ignorantes menos dotados tanto admiram ainda entre nós, recebeu, finalmente, da informática, um golpe de morte (não há memória humana, por mais prodigiosa, que, num plano meramente quantitativo, rivalize com a máquina; e nada mais fácil, e rápido do que obter desta o acervo actualizado das informações recolhidas pelo trabalho colectivo e incessante de especialistas); também é verdade que a criação humana, para ser fecunda e valiosa, não pode partir do zero, e ser-lhe-á sempre positiva a riqueza do horizonte cultural em que se situe.

Se houve, pois, uma diminuição vertical do valor da *recolha* de informações, já outro tanto não acontece no que tange à sua selecção e síntese, ou seja, à sua transmissão. Neste particular, os universitários, como os docentes das Escolas do Ensino Superior, estão em posições muito próximas, mas não inteiramente coincidentes. Estes professores podem — e até, talvez, *devam* —, trans-

mitir, objectivamente, um saber anónimo, ou alheio, em cuja escolha, tenha estado presente o seu interesse por uma boa preparação profissional. Os universitários, além de libertos desta preocupação, têm que falar sempre em nome próprio, embora visem sempre e simultaneamente também o plano universal. (Não se trata como é óbvio de transmitir meras opiniões pessoais, mas de emitir pareceres fundamentados e críticos, da sua exclusiva responsabilidade).

Repare-se, por fim, que essa transmissão, cuja última palavra consiste na exposição do estado actual dos conhecimentos relativos às várias ciências, se articula essencialmente com a investigação, sobretudo em áreas onde a observação e a experimentação são mais laboriosas e sofisticadas. (Neste ponto concordamos inteiramente com Karl Popper).

E, com esta referência à investigação, entramos já no tópico da criação da Cultura. Nele se situam várias questões melindrosas, que não é fácil encarar de frente. Tais são: a) será, de facto, a Universidade, com o seu sistema de provas para a obtenção de graus académicos e para o acesso e prosseguimento na carreira, com as suas competições frontais, mas, sobretudo, com os seus «mandarinatos», as suas «guerres feudais», as suas invejas e ressentimentos (que nem sempre é fácil dissimular, quanto mais irradiar) será esse mundo, sempre, efectiva ou potencialmente, difícil e perigoso, — propício à criação cultural? Não exige esta, pelo contrário, paz de espírito, independência, estímulos de ordem afectiva, colaborações leais e generosas? A História não nos ensina que ela ocorre *fora* das Universidades, em pequenos círculos muito dinâmicos e especializados de convivência intelectual? Não será na solidão habitada pelos grandes génios, longe do vozear dos interesses e do cruzar das opiniões, que acontece a criação cultural verdadeiramente valiosa?

Do conjunto de problemas levantados por estas interrogações, só destacaremos três pontos que nos parecem mais pertinentes:

- a) Há que distinguir, na Universidade, o *poder*, que é inaceitável, da *autoridade* que é indispensável. O poder apoia-se em circunstâncias exteriores à personalidade de quem o exerce; supõe o uso eventual de uma violência discricionária; constrange pelo medo; e leva à dissimulação, à subserviência, ou à rebeldia. A autoridade promana do

valor de quem a possui; dispensa a ameaça para se impor, apoia-se no respeito; desperta a admiração e a colaboração leal; cria um clima, gratificante, de paz e bom entendimento. É óbvio que, se a hierarquia funcional da Universidade se revestir, como lhe compete, desta autoridade moral, — será criado um clima propício à convivência intelectual e à investigação, e se terão esconjurado os defeitos que apontamos acima.

- b) Deverá reconhecer-se, depois, que a Universidade não detém o monopólio da criação cultural; nem isso seria desejável. O que não impede que ela tenha, nesse domínio, uma palavra insubstimável a dizer, sobretudo quando essa criação reveste a forma de investigação orientada no sentido do progresso dos saberes com um lugar próprio e reconhecido no mapa das ciências.
- c) A criação cultural da Universidade reveste pois a forma de investigação.

Ora (e convém que o ponto fique bem esclarecido) — embora a imagética comum associe à investigação o uso de laboratórios dispendiosos — a verdade é que isso lhe não é essencial e só se verifica no âmbito das chamadas ciências experimentais e das respectivas técnicas.

Sempre que, na fronteira de uma qualquer ciência for fundamentadamente tematizada uma problemática, ter-se-á constituído o objecto de uma investigação, cujo método, cronograma e divisão de trabalhos poderão ser antecipadamente estabelecidos, e cujos custos, por vezes irrisórios, poderão ser também previamente orçamentados.

Quando a tematização dessa problemática obedecer, *exclusivamente*, aos imperativos do progresso do saber, e quando, pela natureza e volume, os trabalhos para a solução das questões assim levantados, beneficiarem de, ou exigirem uma actuação em grupo — estaremos na presença de uma investigação tipicamente universitária. E, a propósito, só uma observação: é absurdo que seja um critério económico a avaliar a importância das investigações; e que seja às de mais alto custo que melhor se atenda; também se não justifica que, por serem inviáveis sem subsídios, sejam as mais

custosas a receber a totalidade dos dinheiros disponíveis. Tem que ser feita uma avaliação de conjunto, equânime, presidida pelo princípio da rendabilidade cultural, e onde o argumento de que são precisamente os orçamentos mais modestos que propiciam os melhores investimentos não seja liminarmente ignorado ou rejeitado.

Sobre a «investigação filosófica», que muitos têm dificuldade em imaginar sequer como possa ser, (talvez porque dispensa, decididamente, a bata branca e aparelhagem complexa, que adquiram, na imaginação popular, uma conotação quase mítica) — pouco temos a acrescentar às observações anteriores sobre a investigação universitária em geral. Diremos só que, no caso português, é no domínio da Filosofia da Cultura, designadamente dos amplos quadros da Filosofia da Sociologia, e da Filosofia da História, e no âmbito, mais restrito da Filosofia da Política e da Filosofia da Economia —, que a investigação é mais urgente e necessária. Sem esquecer, mas, pelo contrário, dando prioridade, à Filosofia Portuguesa e ao seu insubstituível papel na definição e tomada de consciência da Cultura Nacional. Não esqueçamos que a individualidade política depende hoje, cada vez mais, da individualidade da Cultura.

Um último apontamento sobre a difusão universitária da Cultura. Aqui, as palavras de ordem são a flexibilidade, o sentido do que é oportuno, e a imaginação. É isso quanto às disciplinas e aos programas; quanto à índole e à duração dos cursos, que devem ser abertos a todos aqueles que demonstrarem puderem segui-los com aproveitamento; quanto à colaboração com outras Universidades e com Escolas do Ensino Superior; quanto à acessoria científica de organismos oficiais e de empresas particulares; sobretudo, quanto à permanente assistência aos órgãos de comunicação social.

Toda essa eficaz e diversificada rede de actividades, subordinada porém ao princípio de que a investigação, assim como a docência que directamente vise a concessão de graus académicos, estão em primeiro lugar.

Veículos indispensáveis dessa difusão cultural são também as Editoras Universitárias, cuja inexistência ou mau funcionamento, são, por si sós, sintomas de graves anomalias.

No caso particular das nossas Universidades, que se situam numa área cultural que transcende as fronteiras, e se estende por todo o espaço da Língua Portuguesa, — essa «pátria de muitas

pátrias» como dela já se disse, expressivamente, recordando Fernando Pessoa —, tem que estar sempre presente, e bem vivo, o imperativo de uma colaboração prioritária com o Brasil e os países africanos lusófonos.

O V Império que falta cumprir, não é político, mas moral. A Moral é o mais valioso fruto da Cultura. E as Universidades não estão proibidas de sonhar...

Eduardo Abranches de Soveral